

## DEMOCRACIA E LIBERALISMO ECONÓMICO: O CASO DE CABO VERDE

Democracia. O que é?

Literalmente, governo do povo, a democracia é um sistema que teve origem na Grécia antiga, e é o conceito de governo em que os governantes são eleitos pelo povo e devem governar de acordo com a vontade expressa dele e, perante ele são responsáveis.

Representa um nítido avanço sobre a república, com a qual muitas vezes é confundida, mas que, na essência, é um sistema em que os governantes são ainda eleitos pelo povo mas governam de acordo com a sua percepção dos interesses do povo mas não são, na realidade, responsáveis perante ele.

Dadas as dificuldades que, em maior ou menor grau, se deparam à fiscalização dos actos dos governantes, poder-se-á dizer que pelo menos grande parte das democracias são, na realidade, apenas repúblicas.

Na Grécia antiga, onde nasceu, a democracia só tinha existência real entre os cidadãos livres, que representavam apenas uma minoria da população.

Na sua evolução em direcção à modernidade, a democracia raras vezes traduziu, na realidade, o governo do povo.

Todavia é, até agora, o sistema que mais se aproximou desse objectivo, chegando, em alguns países, a quase atingi-lo.

A democracia, nas suas diversas opções, é, modernamente, o limite de perfeição a atingir pelos governos o que leva à perversão de

alguns deles, com desempenhos muito questionáveis no que toca o respeito pela vontade dos cidadãos, dela se reclamarem.

Raras vezes a democracia foi outorgada, tendo antes evoluído lentamente, num processo quase sempre doloroso de avanços e de recuos que é, afinal, o processo de evolução natural dos povos.

Na sua origem, na Grécia antiga, a democracia estava bem longe da sua forma actual.

Os cidadãos intervinham directamente nos assuntos do estado, de uma forma que só iremos encontrar nas primeiras comunidades estabelecidas pelos ingleses na recém descoberta América.

Decisiva na caracterização deste tipo de democracia foi a dimensão das comunidades que raras vezes ultrapassavam a dezena de milhar de cidadãos.

Há quem pense que esta é a forma ideal de governo, mas parece ser impraticável à escala dos estados modernos.

Alguns cientistas sociais pensam que a ordenação do estado em comunidades que se vão progressivamente sub-dividindo poderá ser a solução.

A democracia, tal como é entendida modernamente, resultou, em grande parte, das convulsões sociais na Europa do século XVII e teve origem nos conceitos de pensadores como Rousseau e Montesquieu, entre outros, que reflectiam, cada vez mais, as necessidades de uma sociedade, progressivamente urbanizada, que se preparava para a revolução industrial.

Uma sociedade que teria que ter como motor a inovação e que, para a propiciar, necessitava de cidadãos libertos do conceito da comunidade abrangente, tradicional e limitadora como base

ideológica e elemento estrutural básico dos estados modernos que começavam a tomar forma.

Sociedade essa que, finalmente, consagrou o triunfo do individual sobre o colectivo, possibilitando, assim a explosão económica e civilizacional verificada do século XVII aos nossos dias.

Foi, inicialmente um fenómeno puramente europeu mas que se vem estendendo, com sucesso, a outras áreas geográficas.

Este processo, que teve o seu início com o triunfo de Cromwell sobre o rei Carlos I de Inglaterra, viu a sua consagração com o sucesso dos Estados Unidos da América, unanimemente atribuído ao seu sistema de protecção das liberdades individuais e ao reconhecimento do direito de o cidadão comum intervir no governo da nação.

O estado democrático é um estado de direito. Todos os cidadãos são, em princípio, iguais perante a lei e o próprio poder do estado está limitado, de forma bem definida, por um conjunto de normas, sendo a principal, habitualmente, a lei constitucional.

Normalmente, esses direitos são protegidos pela divisão do poder em três ramos independentes e que, tradicionalmente são o legislativo, o executivo e o judicial.

Mais modernamente esse quadro é complementado e fortemente solidificado com o aparecimento de novos poderes - ou contra-poderes, se quisermos - como, por exemplo a comunicação social e a resultante opinião pública.

Porque é que a democracia se firmou apenas em alguns espaços?

Não sei se haverá resposta cabal e definitiva para tal pergunta, mas podemos especular, com alguma lógica sobre o assunto.

Um olhar empírico sobre diversas sociedades parece levar-nos à conclusão de que um factor é básico ao aparecimento da democracia moderna: o aparecimento de novas tecnologias associado ao desmantelamento das sociedades fundamentadas na tradição.

As escolas medievais, mau grado os seus objectivos, e ainda que enquadradas por um clero marcadamente tradicionalista, geraram uma elite detentora do conhecimento que iniciou um processo de investigação, discussão e confronto que, a partir de determinada altura, ganhou momento e não poderia mais ser travada.

Essa elite gerou pensadores que como Galileu e Copérnico que, com risco da própria vida, ousaram contestar a verdade oficial e imobilista, iniciando o processo de aquisição de conhecimentos conducentes ao desenvolvimento de novas tecnologias e à expansão económica.

Esse processo de investigação e confronto também conduziu ao demantelamento, ainda que parcial da sociedade abrangente, libertando o indivíduo e soltando-o na perseguição da realização pessoal que me parece ser a chave do desenvolvimento económico.

Foi algo de inédito na história das civilizações. Culturas altamente desenvolvidas existiam antes, o progresso tecnológico também não era novidade, mas era a primeira vez que estavam ao serviço do indivíduo.

Aparecem assim os indivíduos ou comunidades muito limitadas em número, capazes de grades acumulações que se associam, numa simbiose altamente produtiva com os geradores de pensamento inovador.

Esses indivíduos - ou grupos - ganharam independência em relação ao poder do estado mas, em vez de o enfraquecerem fortalecem-no, controlando-o e pondo-o ao serviço do seu enriquecimento e, marginalmente, do das comunidades no seu todo.

O enriquecimento das sociedades gerará, por sua vez, a elevação dos indivíduos a um nível que lhes permitirá a procura do seu espaço próprio de afirmação e de liberdade.

Assim, ainda que não excluindo outros percursos, parece-nos que o único caminho para a democracia, testado com resultados positivos é o de educação/desenvolvimento económico/participação no poder.

Porque não nos parece possível a participação activa na determinação dos destinos da comunidade sem a educação e a cultura que permitem entender os mecanismos e as vias do poder, e a independência que só pode ser garantida pela riqueza, que, por sua vez possibilita a educação, a democracia só será possível garantindo a educação do cidadão comum e dando-lhe possibilidades de enriquecimento.

Portanto parece-me ser de reter que, muito provavelmente, a democracia será resultante do desenvolvimento económico que, por sua vez, resultará da educação.

Assumindo que a educação é básica e que os caminhos para ela, havendo os meios, estão apreciavelmente desbravados, há que abordar o problema do desenvolvimento económico, ou seja, da criação da riqueza.

No início, quando começou o processo de desenvolvimento económico, com a passagem da produção individual e artesanal à industrial, havia uma minoria de detentores de conhecimentos e de meios financeiros e uma massa enorme de despossuídos que poderiam ser - e foram! - explorados quase que ilimitadamente.

Para esse grupo de operadores económicos a intervenção do estado regulando e, portanto, limitando a sua liberdade de acção era extremamente nociva e deveria ser contrariada.

O estado deveria, na sua concepção ocupar-se apenas da manutenção da ordem pública, protegendo-os das multidões de despossuídos então existentes, criando os serviços básicos - portos, estradas, caminhos de ferro e outros necessários à sua expansão.

O lema "quanto menos estado, melhor" é característico deste pensamento.

Esta situação gerou o aparecimento de grandes acumulações de recursos e a sua consequente aplicação a novas indústrias possibilitou, pela primeira vez na história um superavit de bens industriais que teria que ser colocado fora das fronteiras.

Também, pela primeira vez as nações/estado que entretanto se tinham consolidado, começaram a perceber que o seu poder seria grandemente aumentado se conseguissem exportar o máximo pelo maior preço, importando o mínimo pelo menor preço.

O diferencial gerado, traduzido em metal precioso permitiria vantagens enormes no ambiente de guerras endémicas existente na altura.

Foi a época do mercantilismo, do proteccionismo desmedido às indústrias nacionais, do intervencionismo ilimitado do estado na organização económica.

Como reacção, apareceu em França, pátria do mercantilismo, uma corrente, a fisiocracia, que advogava a livre circulação das mercadorias como consequência da liberdade natural dos cidadãos.

Os fisiocratas não tiveram grande êxito na sua pátria de origem, mas conseguiram influenciar a escola britânica de pensadores económicos, nomeadamente Adam Smith, David Ricardo, e Stuart Mill, criadores das teorias económicas modernas.

Estes pensadores sustentam que cada nação, tirando partido das suas vantagens comparativas, poderia colocar no mercado internacional produtos a preços cada vez mais baixos, promovendo, assim o consumo e, conseqüentemente, fechando o círculo, a riqueza.

Essa acabou por ser a doutrina económica perfilhada pelas nações mais industrializadas, para as quais o comércio tomara o lugar da guerra como vector de expansão.

Todavia, apesar de a maior parte das nações reclamarem o comércio livre poucas o praticaram conseqüentemente.

Entre as que o fizeram destaca-se o Reino Unido que, desde meados do século passado até aos anos 30 desta século não aplicou quaisquer direitos na importação de mercadorias.

Talvez por ser a detentora de grandes reservas de matérias primas e de uma indústria com a qual era muito difícil competir.

Mas as tarifas aduaneiras não são a única forma de impedir a livre circulação de mercadorias entre nações.

É frequente o recurso a quotas, disposições administrativas, legislação restritiva apoiada em critérios de qualidade, critérios políticos ou outros.

Um dos motivos mais frequentemente invocados para limitar as importações é o da protecção às indústrias nascentes.

Parte-se do princípio de que para se poderem desenvolver e competir com indústrias bem implantadas no exterior é necessário um período de graça para essas indústrias, durante o qual se lhes garante um mercado reservado.

Outro motivo frequentemente invocado é o de que a protecção das indústrias nacionais protege empregos que, doutra forma seriam transferidos para nações mais desenvolvidas.

Tem-se visto nações com grande potencial económico fazer reservas de mercado.

Podem-se citar o caso do Brasil com a já célebre reserva do mercado da informática, ou o Japão com o comércio do arroz ou ainda a guerra das carnes entre a Europa e os Estados Unidos.

A verdade é que, apesar de oficialmente se clamar cada vez mais por um mundo sem barreiras, as barreiras são cada vez maiores.

Formam-se grandes espaços transnacionais que ganham assim grandes vantagens no modo de produção mas que, ao mesmo tempo que exigem o desmantelamento de barreiras aduaneiras a terceiros países, são ferozmente proteccionistas em relação a eles.

E há outros factores a ter em conta.

Tomemos por exemplo a Comunidade Europeia que a par de áreas altamente desenvolvidas como a Alemanha e a França, tem áreas de sub desenvolvimento como a Grécia e a Irlanda.

Dentro da Comunidade, predomina a livre concorrência e se uma empresa grega não consegue competir com uma alemã, tanto pior para ela.

Mas a Alemanha vai contribuir com fundos para ajudar a Grécia a desenvolver a sua capacidade de competir, vai desenvolver acções que levem à valorização dos seus recursos naturais e, se nada disso resultar, vai permitir que o grego que perdeu o seu emprego porque na Grécia se passou a consumir o equivalente alemão ao produto que ele anteriormente fabricava, se mude para a Alemanha, onde

disfrutará, de pleno direito, da prosperidade resultante da venda, também na Grécia, do produto alemão superiormente competitivo.

Entretanto, o que acontece aos países sub-desenvolvidos?

As matérias primas e os produtos agrícolas de exportação são mantidos pelos países industrializados, manipulativamente, e em razão dos grandes recursos financeiros de que dispõem, a preços abaixo do seu valor.

À degradação dos preços de exportação das suas produções vem juntar-se o serviço da dívida externa, contraída por governos por vezes impostos, para financiar projectos megalómanos que garantam a sua continuidade no poder.

Muitas vezes esses empréstimos acabam nas contas desses mesmos governantes, nos países que concederam os empréstimos mas a drenagem de recursos leva a que não haja meios para financiar o desenvolvimento.

As indústrias locais não podem competir com as grandes indústrias dos países desenvolvidos e, caso não sejam protegidas, os empregos que elas geram vão ser transferidas para esses países.

Todavia o cidadão do país sub desenvolvido não poderá, como fez o grego do exemplo atrás ir na perseguição do seu emprego.

Porque os mesmos países que reclamam a abertura das fronteiras ao fluxo das mercadorias, fecham-nas ao fluxo humano.

E Cabo Verde?

Fizemos a nossa Independência e consolidamo-la ao longo de anos de luta contra um meio hostil que teria desencorajado um povo menos determinado.

Agora, fizemos a nossa entrada no campo da democracia plena e enebriados por ela vamos exigindo, em altos brados, tudo o que julgamos ter direito.

Tudo, que, neste caso inclui o direito a consumirmos o que queremos, reflexo directo do de dizermos o que queremos.

Como um cidadão de um país parado no tempo a quem dão um cartão de crédito, dizendo-lhe que com esse pedaço de plástico poderá pagar tudo o que lhe aprouver comprar.

Esquecendo-se, propositadamente ou não, de lhe dizer que a conta vem aí...

Somos um país tão pequeno e desprovido de recursos que nos é difícil produzir algo competitivamente.

Os nossos recursos financeiros dificilmente nos permitirão realizar infraestruturas que nos tornem atraentes ao investimento externo.

Com o rumo que as relações internacionais tomam, o equilíbrio da nossa balança de pagamentos, que repousa, em grande parte nas remessas dos emigrantes e na ajuda externa, está em causa.

Uma política liberalizante, traduzida por uma reduzida intervenção do estado, como parece estar agora na moda, parece-me comportar um grande risco.

Parece-me que as nossas reservas de moeda forte devem ser cuidadosamente vigiadas e alocadas, principalmente, a objetivos de desenvolvimento e de importação matérias primas e bens de consumo básicos.

É possível que por razões de economia de escala, os bens produzidos localmente fiquem mais caros do que os importados.

Mas será que a incorporação de mais valias nacionais é desprezível?

Não pagarão impostos localmente?

Não representarão os produtos nacionais uma redução da exportação de moeda forte?

Parece-me que a produção nacional é benéfica à nossa economia e, portanto, se não é competitiva em relação ao produto importado, deve ser protegida.

Todavia queremos frisar que proteger não significa que o país deva ser transformado em coutada de empresas que se recusem a acompanhar o progresso e a modernização possíveis.

Somos francamente contra o obrigar as pessoas a consumirem o que não querem e portanto a proibir a importação de seja o que fôr.

Mas se houver produção nacional, de qualidade aceitável, o produto importado deve ser considerado de luxo e fortemente taxado.

Por outro lado poderemos nós equipar-nos e valorizar as nossas eventuais vantagens competitivas por forma a atraír investimentos em indústrias e serviços internacionalmente competitivo?

Se a resposta fôr positiva, então acho que devemos abandonar as nossas indústrias não competitivas, transferir os empregos para as nossas áreas de excelência e mudar-nos, com armas e bagagens, para o campo do comércio livre.

É preciso fazer a decisão com perfeito conhecimento dos riscos a correr, que podem ser gravísimos.

Por outro lado, se não temos recursos para adquirir tudo o que desejaríamos, porque insistir em importar o que podemos produzir, pondo em causa a própria sobrevivência de muitos dos nossos compatriotas?

Portanto, há questões a formular e a responder, decisões gravíssimas a tomar, riscos enormes a correr.

E parece-me que qualquer solução válida deve ser procurada pela via democrática, única maneira de escutar todas as opiniões e fazer decisões que satisfaçam e obriguem a todos.